



O QUE VOCÊ VEIO FAZER NA MINHA CASA? NARRATIVAS DE FAMÍLIAS SOBRE O FAZER DA(O) PSICÓLOGA(O) NO ACOMPANHAMENTO FAMILIAR

Samantha Fernandes Silva¹
Anna Cláudia Eutrópio Batista D'Andrea²

RESUMO: O presente artigo apresenta um recorte de um estudo que teve como objetivo investigar o que as famílias que são acompanhadas pelo serviço de assistência social entendem sobre o fazer da (o) psicóloga (o). A proposta foi desenvolver uma pesquisa qualitativa com quatro mulheres que são mães de pessoas com deficiência e que estão sendo acompanhadas pelo serviço há pelo menos um ano. Para isso foram realizadas entrevistas a partir de tópicos disparadores que permitissem a fala da história vivida dessas famílias, levando em consideração a deficiência na família e sua inserção no serviço socioassistencial, somado à influência do trabalho da (o) psicóloga (o) e outros profissionais no cotidiano, assim como a intervenção dessa política dentro da própria casa. As/os profissionais que executam esse trabalho necessitam de saber técnico e também de escuta qualificada para encaminhar e favorecer a autonomia dessas famílias. No caso da (o) profissional da psicologia, se faz necessário conhecer não apenas a Política, mas também se apropriar das discussões da psicologia social que subsidiam o trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade. As falas das entrevistadas evidenciaram que o serviço no domicílio é aceito de forma satisfatória, pois proporciona acesso aos direitos e benefícios socioassistenciais, encaminhamentos à rede, escuta qualificada e suporte a problemas cotidianos. Entretanto, há críticas referentes ao modo como essa Política entra na casa das famílias e de uma falha no que tange as necessidades de atender uma maior população de pessoas com deficiência pelo fato de ser uma equipe reduzida. O investimento em Políticas Públicas de Assistência é de responsabilidade do governo, mas também cabe aos próprios usuários do serviço, população e profissionais participar das estratégias de controle social das ações do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas de Assistência; Pessoas com Deficiência; Psicologia Social; Acompanhamento familiar.

ABSTRACT: The present article presents a study that aimed to investigate the fact that the families that are accompanied by the social assistance service understand the psychologist's doing. The proposal was to develop a qualitative research with four women who are mothers of people with disabilities and who have been accompanied by the service for at least one year. In order to do this, interviews were carried out based on triggering topics that allowed the speaking of the lived history of these families, taking into account the deficiency in the family and its insertion in the social assistance service, together with the influence of the work of the psychologist and other professionals in the daily life, as well as the intervention of this policy within the house itself. The professionals who carry out this work need to know how to do it and also to have qualified listening in order to direct and favor the autonomy of these families. In the case of the professional psychologist, it is necessary to know not only the Politics, but also to appropriate the discussions of social psychology that subsidize working with families in situations of vulnerability. The interviewees' statements showed that the service at home is satisfactorily accepted, since it provides access to social-assistance rights and benefits, referrals to the network, qualified listening and support to daily problems. However, there are criticisms regarding the way this Policy enters the house of families and a failure to address the needs of serving a larger population of people with disabilities because it is a reduced team. Investment in Public Assistance Policies is the responsibility of the government, but it is also up to the users of the service, population and professionals themselves to participate in the strategies of social control of state actions.

KEYWORDS: Public Assistance Policies; Disabled people; Social Psychology; Family support.

¹ Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. f.samantha.s@hotmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. annacliudiab@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Política de Assistência Social em suas normas prevê como parte obrigatória de sua equipe a atuação da/o profissional da psicologia, que tem suscitado interesses referente a este campo, com isso, tem-se ampliado as publicações teóricas que problematizam essa inserção (ACCORSSI et al., 2015; CRUZ; GUARESCHI, 2014; SENRA; GUZZO, 2012; XIMENES; PAULA; BARROS, 2009). Uma das atividades da/o profissional da psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é realizar visitas domiciliares.

A pesquisa que originou esse artigo procurou compreender como as famílias de pessoas com deficiência que recebem as visitas dessas profissionais significam o trabalho e que sentidos atribuem a presença da psicóloga em suas casas. Nesse trabalho, apresentamos um recorte da pesquisa que evidencia as contradições e reflexões sobre o fazer da psicologia no que tange as visitas domiciliares.

A Política de Assistência Social trabalha com dois níveis de complexidade: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial que se divide em média e alta complexidade. No presente estudo, a atenção voltou-se especificamente para a Proteção Social Básica a qual, de modo geral, conta com três mecanismos de atuação: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009).

O acompanhamento domiciliar na Política de Assistência Social é uma estratégia de proximidade do Serviço com as famílias que são cadastradas por programas advindos do SUAS, que

Tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidade e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009, p. 16).

A fim de contextualizar o campo de pesquisa, é importante descrever que em Belo Horizonte, município em que a pesquisa foi realizada, o Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência tem como público alvo famílias cadastradas e encaminhadas por outros serviços da rede socioassistencial, que contém em sua composição familiar um ou mais membros com as mais variadas deficiências – inclusive o Transtorno do Espectro

Autista. Existem alguns critérios de elegibilidade para que essas famílias recebam os atendimentos no domicílio: famílias que são beneficiárias do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que estão em situação de vulnerabilidade social, pessoas com deficiências sem convivência comunitária, famílias em que o cuidador é criança, adolescente ou pessoa idosa.

Essas famílias são acompanhadas por um técnico de referência, sendo uma (um) psicóloga (o) e/ou uma (um) assistente social, que por sua vez têm como eixos principais de trabalho fortalecer os vínculos sociais e familiares, promover a autonomia e realizar, para além das visitas domiciliares, grupos temáticos, informativos e de discussões.

Em relação as pessoas com deficiência, é importante destacar que historicamente, estas foram excluídas da sociedade e rotuladas como pessoas incapazes de realizar qualquer tarefa que exigia alguma habilidade social ou intelectual como estudar e/ou trabalhar. Entretanto, os movimentos sociais das pessoas com deficiência vêm conseguindo pautar a sociedade para que a voz desses sujeitos sejam ouvidas na elaboração das políticas que os afetam (RESENDE; VITAL, 2012).

Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa foi dar voz as famílias que recebem a visita domiciliar, orientada pela pergunta: o que as famílias têm a dizer sobre a (o) psicóloga (o) que adentra à sua casa e quer saber o que se passa em sua vida? Com o caráter de pesquisa qualitativa que visou aprofundar no conhecimento de como as famílias significam a atuação deste profissional que faz visitas domiciliares é uma forma de contribuir para a melhoria das práticas profissionais nesse campo.

Iniciaremos as reflexões teóricas com uma breve apresentação da atuação da psicologia no SUAS, especificamente sobre as visitas domiciliares, partindo do discurso oficial dos documentos normativos e outros autores do campo. Em seguida, problematizaremos, baseadas em Foucault, como a estratégia da visita domiciliar pode ser cooptada e utilizada como uma forma de controle e vigilância das famílias. O próximo passo será a apresentação dos caminhos metodológicos percorridos. Finalmente, apresentaremos nossos dados e a discussão.

2 REFLEXÕES TEÓRICAS

O acompanhamento familiar é definido como [...] o conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias. (BRASIL, 2012, p. 62).

As visitas domiciliares são o “carro chefe” do trabalho desenvolvido com as famílias. Para Campanini e Luppi (1996), citados por Rocha, Moreira e Boeckel (2014, p. 209), “[...] o principal objetivo da intervenção feita no domicílio é a busca por profundidade e a possibilidade de compreensão do ambiente familiar a partir da observação”. São nessas visitas que geralmente as famílias se sentem mais à vontade para expor suas questões e, a partir de um trabalho psicossocial, é possível auxiliá-las e entender as particularidades de cada sujeito.

Essa intervenção realizada e desenvolvida pelas profissionais está bastante pautada no discurso do direito às políticas de assistência social. Entretanto, convido a/o leitora/o a problematizar algumas questões que, por vezes, não aparecem explicitamente no encontro família e psicóloga (o) e/ou assistente social que representa uma instituição no âmbito do Estado.

Entendemos que a assistência social formulada pelos governos e prestada à população por meio dos profissionais que atuam na área é um espaço não apenas destinado ao fornecimento de recursos, mas também, e principalmente, ao controle da vida dessas famílias ditas “em risco”: o controle de viver, do local de moradia, das formas de cuidado destinadas às crianças, da higiene, das doenças, das relações – violentas ou não – que se estabelecem no cotidiano, do nascimento, da morte. Essa forma de poder que gerencia a vida, que “faz viver”, é o que Foucault chama de biopoder. Foucault (1999)³ explica que, nessa nova tecnologia de poder, trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população. (SIQUEIRA; LINO, 2013, p. 39).

Neste fragmento é possível questionar o Estado como um dispositivo não ingênuo em suas ações, tendo em vista que, colocar uma equipe para acompanhar famílias significa mais do que o simples cumprimento pelo Estado dos seus deveres instituídos por lei pela via do direito, sendo, antes de tudo, um dispositivo de controle das populações, conforme o que as autoras apresentam ao utilizarem o conceito de biopoder, “o poder sobre a vida” (SIQUEIRA, LINO, 2013, p. 40). De modo geral, segundo Heckert e Rocha (2012, p.87),

Com as análises de Foucault (1999, p.27)⁴ podemos observar que estão em cena duas tecnologias de poder (disciplinar e biopolítica) que operam de forma distinta, mas que se sobrepõem e se articulam. Uma tecnologia centrada no corpo (disciplinar), com seus efeitos individualizantes, visando a aumentar a capacidade produtiva do corpo e diminuir sua força política de resistência. Uma outra tecnologia regulamentadora, que focaliza a população (biopolítica), é centrada na vida e busca controlar ao máximo as eventualidades e gerir os riscos.

Trazendo uma leitura em relação à tecnologia disciplinar no contexto da assistência social, sugere-se aqui que o Estado apresenta-se com uma postura de dominação em relação

³ FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁴ FOUCAULT, Michel. (1999). Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes.

aos mais “fracos” que, neste caso, são as famílias em situação de vulnerabilidade. Portanto, a psicologia ao atuar na assistência social, como representante imediata do Estado, precisa atentar-se para não reproduzir o discurso “hierarquizado”, que vem de cima para baixo, e não replicar “na ponta” imposições disciplinares sobre o que é certo e errado nas singularidades das famílias em suas diferentes formas inventivas de viver.

Já a tecnologia da biopolítica “focaliza a população”, novamente com o objetivo de cercar tudo que está a sua volta e tudo que acontece. No âmbito do acompanhamento familiar esse pensamento não é diferente, pois através das visitas domiciliares o “Estado” entra nas residências e verifica, além do funcionamento familiar, as “imperfeições” que são tidas como incorretas na sociedade, como questões relacionadas à higiene, saúde, alimentação, educação, dentre outras. Cabe a/o profissional estar atenta (o) as suas próprias prescrições e preconceitos ao interagir com as famílias, pois atuar normatizando e classificando seria um modo de “invadir” o espaço familiar negando suas características e potencialidades.

É importante entender que essa discussão se aplica ao cenário atual e há de se ter um posicionamento crítico frente às formas mais sutis de dominação.

Para entender que a política deve ter a centralidade na família, a assistência social busca manter e/ou restabelecer vínculos familiares, através dos serviços prestados em Centro de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, dentre outros programas e serviços. Entende-se que todos devem ter vínculos familiares, mas antes nos cabe refletir sobre o que é família. Existe uma única forma de definir esse conceito? O que pode ser considerado vínculo familiar? Uma norma? Todos devem desejar a convivência familiar? E os que não desejam? Devem ser normalizados por meio de políticas públicas de inclusão? (SIQUEIRA; LINO, 2013, p. 45).

Acrescenta-se ainda a pergunta provocativa deste trabalho: o que você veio fazer na minha casa? Partindo da perspectiva da família que recebe a visita domiciliar, o que ela deseja? O que ela entende dessa visita? Cabe neste momento pensar que a psicologia deve caminhar ao contrário da normalização, que por vezes é reproduzida de formas bastante sutis e endereçadas principalmente ao público da assistência social, uma vez que, por se encontrar em situação de vulnerabilidade social, está mais propenso a ser foco de atuações autoritárias e heterônomas, disfarçadas de cuidado e assistência. Além do mais o profissional não deve ocupar o lugar da verdade absoluta e nem o de detentor do saber, visto que parte-se do princípio de que a família tem uma história, costumes e uma cultura antes da sua chegada. Com esse olhar crítico se faz necessário analisar os dados e contribuir para o debate nesse campo.

3 CAMINHOS PERCORRIDOS

Para esta pesquisa utilizou-se a abordagem qualitativa que segundo Minayo (2001, p.20), “[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. A opção pela abordagem qualitativa se justifica dado nosso objeto de pesquisa ser marcado pela possibilidade de diferentes nuances e perspectivas, partindo das experiências singulares de cada família.

Para participar foram convidadas quatro famílias atendidas pelo serviço da assistência social que tinham no mínimo um ano de acompanhamento pela psicóloga de referência. A proposta foi escutar as narrativas do responsável legal pela pessoa com deficiência.

Como estratégia de coleta de dados foram utilizadas entrevistas narrativas “que tem em vista uma situação que encoraje e estimule um entrevistado a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2015, p. 93). Para a entrevista narrativa, conforme conceituada por Jovchelovitch e Bauer (2015), é recomendável que se tenha tópicos dos principais pontos a serem abordados na conversa, mesmo que não se siga uma ordem fixa ou rígida. Sendo assim foram utilizados quatro tópicos disparadores: 1) A deficiência na família; 2) A inserção no serviço socioassistencial; 3) A (o) psicóloga (o) e outros profissionais e 4) Avaliação das intervenções da política de estado. Nesse artigo, nos debruçamos mais detidamente ao quarto tópico.

A partir do contato estabelecido com as famílias foram esclarecidas questões éticas, como por exemplo, o sigilo e a preservação da identidade das participantes, sendo que todos os nomes das referidas famílias são fictícios.

O perfil das famílias participantes dessa pesquisa foram bastante semelhantes. As quatro mulheres entrevistadas consideraram sua ocupação atual como “dona de casa”. Duas são solteiras e duas são casadas. A duração média das entrevistas foi de cinquenta minutos. Todas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

O conteúdo coletado foi analisado e tratado de modo possível a articulação com teorias sociais críticas e construção de um pensamento a partir da realidade que se apresentou. Minayo (2001) entende que para se fazer uma boa análise de dados é preciso “[...] estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte”. (MINAYO, 2001, p. 69).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi desafiador, ao passo que implica na colaboração e atenção das famílias entrevistadas. Ao mesmo tempo em que há liberdade para

família dizer sua história, focar no objetivo da pesquisa e voltar ao assunto pesquisado foi uma dificuldade, visto que o roteiro com os tópicos disparadores eram bastante pontuais como descritos anteriormente, mas não foi impedimento para a riqueza de detalhes que as famílias propuseram expor nesta pesquisa.

No geral, a partir da metodologia que foi utilizada, os cuidados no tratamento da coleta e análise de dados foram de inteira responsabilidade da pesquisadora, de modo que outros pesquisadores podem construir e articular os argumentos a partir de novas perspectivas sobre o assunto investigado.

4 COM A VOZ: AS FAMÍLIAS!

A perspectiva das famílias sobre as visitas domiciliares e a atuação da psicologia revelam diferentes aspectos a serem discutidos e problematizados.

Inicialmente, abordaremos a forma como as famílias percebem a presença da psicologia em suas casas como representantes do Estado. O lugar que o Estado ocupa na história de vida das pessoas, se reflete nos comportamentos e nas normas aplicadas para manter a ordem e a civilidade das populações (FOUCAULT, 2008). Na política de assistência não é diferente.

Ai um belo dia bateram na porta e chegaram aqui em casa, eu falei gente, quem que é esse povo? Ai chegaram e falaram que você fez o pedido, ainda falou que eu que fiz, tô mais louca ainda, porque eu não lembrava como que eu tinha feito esse pedido nem nada, eu falei: “não, ótimo!” abri minhas portas, é minha casa, fica à vontade, aí eles explicaram como que funcionava e começou e como que começou eu não lembro (risos), sinceramente. (Vitória, entrevista realizada no dia 14/12/2016).

É necessário entender que os serviços da Proteção Social Básica são ofertados para quem dele necessitar e que geralmente os casos chegam para as equipes através de demanda espontânea, busca ativa ou encaminhamentos da rede. No caso de Vitória, provavelmente ela procurou o serviço em algum momento e os profissionais foram conhecer a família dela através da busca ativa.

Mas há de se pensar que entre o cadastro e a visita domiciliar tem um ponto cego que precisa ser revisto e alinhado junto à família. Será que essa sensação de ser pega de surpresa relatada por Vitória é adequada? Vitória demonstra em sua fala a ambivalência: num primeiro momento se questiona “quem é esse povo?” e, em seguida, abre suas portas, sua casa e os convida a ficarem a vontade. Essa ambivalência é reveladora de como as famílias percebem a

chegada das profissionais que fazem a visita domiciliar: há um questionamento e dúvida, mas há também uma certa abertura. A que se deve essa abertura?

Vivendo numa sociedade hierarquizada e marcada por desigualdades de poder, é possível analisar que a abertura da casa de uma família em situação de vulnerabilidade social para uma técnica que tem mais reconhecimento e prestígio na sociedade como uma provável submissão. É importante que lancemos luz as essas desigualdades de poder para que situações de opressão não aconteçam.

O serviço e benefício socioassistencial de qualidade produz uma mudança fundamental na vida do cidadão: A passagem da condição de submissão para a condição de protagonista. Essa mudança, a ser alcançada por meio do trabalho social, é fundamental para a construção e exercício de cidadania nos espaços políticos, nos quais são construídos e defendidos os direitos individuais e coletivos. (FERREIRA, 2011, p.20).

Esmiuçando um pouco mais o que Ferreira (2011) trata no fragmento acima, é possível dizer que ainda é um desafio o protagonismo das famílias no exercício da cidadania nos espaços políticos. Isso tem a ver com a história do Brasil de recente democratização e ainda uma cultura de participação em desenvolvimento. As pessoas ainda estão aprendendo a participar e a encontrar maneiras de lutar pelos seus direitos nos dispositivos legitimados para além das denúncias midiáticas, e isso faz com que esse processo caminhe a passos lentos.

Primeira vez eles apareceram, deve ser porque como ele recebe lá o salário do governo né, então deve ser uma junta né, eles devem ser um... contato do governo com eles. (Ester, entrevista realizada no dia 09/02/2017).

O estranhamento inicial no caso de Ester sugere um pensamento de como foi a chegada do serviço até a família: ela entende que foi através de um cruzamento de informações. A percepção das famílias é que o fato de receberem “o salário do governo” viabilizaria ao Estado o direito de as visitar e conseqüentemente vigiar suas ações. A pergunta que consideramos importante de ser feita é como a/o profissional da psicologia pode lidar com essa questão: quem tem o direito de visitar quem? Quem pode convidar a entrar quem em casa? Como realizar as visitas domiciliares que são uma estratégia potente de acompanhamento sem invadir o espaço das famílias ou se colocar como “a junta” que tem o direito de controlar a família por ela receber um “salário do governo”? Como essa visão do direito ao benefício como um “selo permissão” para o controle do governo pode ser problematizada e desconstruída junto as famílias? Essas são algumas das perguntas que esse trabalho pretende deixar para o/a leitor/a.

No começo pra ser bem sincera para eles até comentei com Leo eu achava que eles (ces) vinham na casa da gente como diz assim, pra... não é investigar, pra ficar de olho, tipo assim, saber se tá sendo bem tratada, se não tá... e eu falava “Esse povo tem que fazer não gente?” esse povo fica vindo aqui só para vigiar gente! Mais depois com o tempo acho que a gente vê como que é realmente o que que acontece até a minha família, minha família fala horrores “esse povo num tem o que fazer? fica de olho na sua casa, vai cuidar da sua vida... (Vitória, entrevista realizada no dia 14/12/2016).

No imaginário social é nítido perceber que as pessoas ainda desconhecem o papel do profissional da assistência, bem como relatado por Vitória. Essa desconfiança inicial é legítima, pois parece que essa “junta”, segundo Ester, vai investigar o que está de errado na família, vai impor normas e ajustar ao modo correto. A fala de Ester converge com o conceito foucaultiano de biopoder, conforme abordado anteriormente nesse artigo. Teria o Estado a tarefa de controlar, “ficar de olho na sua casa”? Como subverter essa lógica? Como estar presente junto as famílias sem, necessariamente ser “esse povo fica vindo aqui só pra vigiar a gente”? Se a proposta do serviço não é desenvolver normativas, é preciso que cada psicóloga/o que realiza visitas domiciliares analise sua prática profissional questionando e problematizando as intencionalidades veladas que possam estar alimentando sua atuação.

Essa é uma grande forma deles saber o que que ta acontecendo, então por esse lado você pensa, pelo menos tem um representante, né? Vindo dentro da minha casa, vendo o que que eu faço, não só pra minha família, mais para um monte que tem aí, eu lá na escola da Sofia conheço um monte de mãe que não é assistida igual a mim. (Vitória, entrevista realizada no dia 14/12/2016).

É importante essa integração com a família, é importante, porque tem alguém que te assiste, porque no país que a gente tá você tem alguém que tá pela outra pessoa, é muito bom né, porque do jeito que ta andando a gente não sabe como que vai terminar esse Brasil (...) E é tranquilizante, é bom, a gente saber que tem alguém assistindo a gente é importante, né? Saber que a gente não tá sozinho, num tá no escuro, então eu acho importante. (Ester, entrevista realizada no dia 09/02/2017).

As falas apresentadas foram unânimes em dizer que é interessante ter alguém do governo “olhando” por elas e que isso passa uma sensação de tranquilidade. Falam de um privilégio em ter o serviço, de ser uma “luz” na atual conjuntura do país e que realmente este serviço tem um efeito na vida das famílias. As famílias conseguem perceber que esse “olho” do governo pode também ter um lado interessante de acesso a direitos e acompanhamento. Nosso trabalho defende que é sim possível ser um “olho” do governo e primar pela construção da autonomia e garantia de direitos. É importante, entretanto, não termos ingenuidade ou desconsiderar as complexidades que estão colocadas na atividade de visita domiciliar.

O Estado por sua vez, com a função de dar suporte aos serviços não consegue alcançar todas as famílias e nem as demandas da própria política. Sugerimos, como estratégia de resis-

tência, a vigilância mútua: não apenas do Estado para a família e também da família para o Estado, exercendo seu direito de controle social das políticas públicas. E o trabalho mais complexo da/o profissional é apoiar a família a ocupar os espaços públicos e ressaltar a importância dessas vozes no aprimoramento da política pública.

Outro ponto que abordaremos refere-se à percepção sobre o fazer da/o psicóloga/o ainda muito vinculado a atuação clínica. É essencial problematizar a escuta no contexto da política de assistência. A (o) psicóloga (o) não pode e não deve fazer psicoterapia, mas ter uma escuta qualificada é essencial para o processo de emancipação da família.

O psicólogo dentro da casa faz muita coisa ele pode ver a leitura, ele tem conhecimento técnico de ler uma pessoa de saber, logico que num é vidente né... cê vai olhar uma pessoa e falar assim, aquela ali esta com surto e saber como tratar. Mais você consegue falar as palavras que faz com que a pessoa traga a resposta que ela tá procurando nela mesma, isso é necessário, eu achei que fez falta, que faz falta nesse serviço um psicólogo lá dentro da casa. (Ana, entrevista realizada no dia 23/02/2017).

Só acho assim que esse serviço de psicologia igual a Carla vem, tinha que vim, ah não sei se é o caso... eu acho que tinha que vim conversar mais pra ver como que tá a cabeça da pessoa. (Ester, entrevista realizada no dia 09/02/2017).

Nas falas das entrevistadas, há uma equivalência entre a atividade de visita domiciliar e uma “psicoterapia in loco”. É quase como uma compreensão de que presença da psicóloga na casa seria uma oportunidade excelente para uma psicoterapia na sala de casa. Ao mesmo tempo, a fala de Ana ao dizer “lógico que num é vidente” já revela uma visão mais acurada da psicologia, haja vista que ainda se encontram representações da profissão no senso comum como um adivinho (BOCK, 2003).

Por esse e outros motivos, ao realizar as visitas domiciliares e atuar na Política de Assistência Social, é função deste profissional, dizer que seu trabalho não é individualizante e auxiliar na desconstrução do imaginário de que a atuação profissional da (o) psicóloga (o) se resume a psicoterapia. Essa realidade está se modificando e novos espaços estão sendo ocupados pela psicologia. É importante que essas novas identidades profissionais sejam abordadas nos cursos de graduação em psicologia e também em todas as formações específicas para atuação no SUAS. Como a atuação clínica ainda é forte no imaginário social e mesmo na identidade profissional hegemônica das (os) psicólogas (os), é preciso estar atento para não reforçar esse imaginário através de propostas clínicas inadequadas para o contexto.

Outro ponto a discutir é como a visita domiciliar permite que a/o profissional da psicologia adentre na dinâmica familiar e tenha acesso a questões que talvez não fossem relatadas em atendimentos.

Ah eu acho que o serviço ajuda, igual eles encaminha pra emprego, sempre ela participa, ela vem visitar a gente, ela conversa, ela não só olha ele, como olha a situação dos irmãos, né assim, igual ela veio olhar o negócio pra Joana, ela sempre tá dando orientação pra ele, eu acho que ajuda muito. (Ester, entrevista realizada no dia 09/02/2017).

Na fala acima fica explícito a característica do atendimento ser focado na família e como a visita domiciliar potencializa essa expansão do vínculo do sujeito inicialmente identificado como o que necessita de atendimento (nos casos em questão, a pessoa com deficiência) para a família como um todo. Quando Ester diz “ela não só olha ele” fica evidente que a pessoa com deficiência não é a única beneficiária das atividades e da atuação dos profissionais. Isso converge para as diretrizes do SUAS, que preconizam que o trabalho seja centralizado na família. “Os princípios e diretrizes da política de assistência social que incorporam a preocupação em ter a família como foco da atuação, decorrem desse processo e de um longo acúmulo de experiências dirigidas às famílias” (TEIXEIRA, 2009, p. 258). A psicologia enquanto ciência e profissão, assume a responsabilidade de promover a política e a “emancipação social das famílias e fortalecer a cidadania junto a cada um de seus membros” (CFP, 2007, p. 22) além de contribuir com a escuta qualificada das demandas familiares que se apresentam.

A fala abaixo é reveladora da potência das visitas domiciliares para a percepção de como as hierarquias sociais podem se manifestar no cotidiano, oferecendo oportunidades para as profissionais abordarem tais temáticas de forma respeitosa:

É os momento pequeno de comunhão que poucas vezes o Bernardo (pai do Junior [criança com diagnóstico de paralisia cerebral]) tava lá e viu, participou, ela (ex-educadora social) falou, oi, e o Bernardo entra nesse universo também que ele não faz parte, que ele não convive com as coisas do Junior de ir em alguma coisa. Então ele tava lá dentro (de casa), então acabava tendo que participar também de tá vendo, de tá vivenciando, isso é importante e isso significa muita coisa, assim eu vejo em lugares desconstruídos que está o pai lá dentro da casa e ele não tem uma operação uma atuação importante, então mesmo que constrangido ele começa a entrar nessa história ele ver aquela dona lá, ou ele sai pra rua ou ele participa de alguma forma. (Ana, entrevista realizada no dia 23/02/2017).

Na narrativa de Ana há uma realidade que raramente acontece na sua vida que é sua interação com o marido nas demandas do filho com deficiência. Neste caso, a visita domiciliar e a presença da “aquela dona lá” altera a dinâmica familiar e coloca o pai em interação com o filho. É importante que o serviço promova também reflexões sobre como as normas de gênero operam nessas famílias, com sobrecarga das mulheres e ausência dos homens na divisão das tarefas e responsabilidade do cuidado com os filhos.

Toda família passa por situações adversas e as famílias que são acompanhadas não são diferentes. Um desafio que se faz presente é o manejo da/o profissional no lugar de não membro familiar. “Os conflitos e desigualdades vivenciadas no âmbito familiar devem ser analisados e trabalhados a partir da diferenciada distribuição de poder e responsabilidade entre os membros” (BRASIL, 2009, p. 12).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho realizou-se um estudo com o olhar direcionado ao que a família acompanhada pelo serviço de assistência tem a dizer sobre o as visitas domiciliares e a atuação da/o psicóloga/o nessa atividade.

De modo geral, as famílias compreendem que o serviço exerce um papel fundamental e que é um suporte para o auxílio na resolução de problemas familiares, encaminhamentos para os benefícios socioassistenciais, suporte para assuntos cotidianos e uma escuta qualificada.

Entretanto há falhas no serviço e críticas em relação a posição de como esta política entra na casa das famílias, de um estranhamento inicial e de uma aceitação posterior a uma conversa mais fundamentada.

Em relação ao controle que o Estado tem sobre as populações, é algo que já está instituído e é uma forma de “enxergar” o que está acontecendo. No entanto, cabe a própria população, profissionais da área e usuários da rede socioassistencial também vigiar o governo e apontar suas falhas nas próprias conferências, redes sociais, e outros espaços que são destinados a participação e a racionalizar pensamentos críticos e provocativos.

De modo geral, o recorte desta pesquisa contemplou o olhar desse público que é acompanhado pela política de assistência sobre a própria política. No entanto os questionamentos continuam. É preciso pensar em outras maneiras de dar voz a essas famílias seja em futuras pesquisas ou outros dispositivos que possam embasar a atuação profissional. Escutar as famílias e considerar suas perspectivas no planejamento e execução das políticas é sempre uma necessidade.

REFERÊNCIAS

ACCORSSI, Aline et al. Distintas faces da questão social: desafios para a psicologia. In: **Co-leção Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**; v. 5. Florianópolis:

ABRAPSO. Edições do Bosque/ CFH/ UFSC, 2015. 445p. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=469>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Brasília, MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF.** Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Brasília, MDS, vol. 1. 2012

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF.** Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Brasília, MDS, vol. 2. 2012

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A perspectiva sócio-histórica na formação em psicologia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS.** Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Brasília, CFP, 2007.

CRUZ, Lilian Rodrigues da. GUARESCHI, Neuza (Orgs.). **O psicólogo e as políticas públicas de assistência social.** Petrópolis, RJ: Vozes 2 ed., 2014.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH Anotada e Comentada.** MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF. 2011.

FOUCAULT, Paul Michel. **Nascimento da biopolítica:** Curso dado no Collège de France (1978-1979). Edição estabelecida por Michel Senellart: sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana. Tradução; Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HECKERT, Ana Lucia Coelho. ROCHA, Marisa Lopes da. A maquinaria escolar e os processos de regulamentação da vida. **Revista Psicologia e Sociedade.** 24 (n.spe): 85-93. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/13.pdf>> Acesso: 03 de out. 2016.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W., GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** Um manual prático. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social.** Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2016.

RESENDE, Ana Paula Crosara de. VITAL, Flavia Maria de Paiva. **Avanços das políticas públicas para as pessoas com deficiência:** Uma análise a partir das conferências nacionais. Brasília: Secretaria especial dos direitos humanos, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-avancos-politicas-publicas-pcd.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2016.

ROCHA, Kátia Bones. MOREIRA, Mariana Calesso. BOECKEL, Mariana Gonçalves. A entrevista e a visita domiciliar na prática do psicólogo comunitário. In: SARRIERA, Jorge Castellá. SAFORCADA. Enrique Teófilo (Orgs.). **Introdução à psicologia comunitária: Bases teóricas e metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SENRA, C. M. G. & GUZZO, R. S. L. (2012). Assistência Social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. **Psicologia e Sociedade**. 24(2), 293-299. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n2/05.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2016.

SILVA, Samantha Fernandes. **O que você veio fazer na minha casa?** Narrativas de famílias sobre o fazer do psicólogo no acompanhamento familiar. 2017. 61f. Monografia (Conclusão de curso) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Faculdade de Psicologia, Belo Horizonte.

SIQUEIRA, Kássia de Oliveira Martins. LINO, Michelle Villaça. Assistência social e biopoder: produzindo “vulnerabilidades”, prevenindo “riscos” e normalizando as formas de viver. **Revista Mnemosine**. Vol. 9, n°2, p. 35-53, 2013. Disponível em: <http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/307>. Acesso em: 10 out. 2016.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Família na política de assistência social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar**. Revista Políticas Públicas São Luís, v. 13, n. 2, p. 255-264, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Fam%C3%ADlia%20na%20Pol%C3%ADtica%20de%20Assist%C3%Aancia%20Social.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. Texto da resolução n°109, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

XIMENES, Verônica Moraes; PAULA, Luana Rêgo Colares de. BARROS, João Paulo Pereira. Psicologia comunitária e política de assistência social: Diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicologia Ciência e Profissão**, Universidade Federal do Ceará, v.29 (4) p. 686-699, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n4/v29n4a04>>. Acesso em: 03 abr. 2016.